



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

KAMILA CRISTINA LINS

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR: A
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

MOSSORÓ

2017

KAMILA CRISTINA LINS

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR: A
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca Maria
Gomes Cabral Soares

MOSSORÓ

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pelo dom da vida e por oportunizar-me a viver essa experiência graciosa.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e pela paciência. Por terem feito o possível e o impossível para me oferecerem oportunidade de fazer este curso de pós-graduação, serei imensamente grata.

Aos meus irmãos, que mesmo inconscientemente, me incentivaram a sempre correr atrás dos meus objetivos.

Ao meu namorado Elkizilânio Vieira, por compreender a importância dessa conquista e aceitar a minha ausência quando necessário.

A toda minha família, pelo apoio de sempre.

A todos os professores que contribuíram com a minha formação acadêmica.

Às minhas companheiras, Janaina Lins e Janicarla Lins, pela amizade, pelas palavras de incentivo e pela presença nos momentos mais difíceis durante todos esses anos.

A todas as pessoas do meu convívio que acreditaram e contribuíram, mesmo que indiretamente, para a conclusão deste curso.

Meus sinceros agradecimentos!

Aquilo que você está vivendo, o peso que está carregando, não é nada comparado, à
alegria que te espera!

Pe. Fabio de Melo

RESUMO

A Deficiência Intelectual (DI) pode ser caracterizada pelas limitações significativas no funcionamento intelectual, consequentemente, pode haver uma redução no Quociente Intelectual (QI), além do desenvolvimento mais lento da fala, entre outras habilidades reduzidas. Mas, a avaliação de pessoas com DI deve considerar os aspectos sociais e culturais dos quais elas participam. Assim compreendido, este estudo busca discutir por meio da literatura e documentos legais, a inclusão escolar de alunos com DI na sala de aula comum. Este estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, realizado a partir do levantamento de referências teóricas e documentais sobre o tema discutido, já publicados em livros, artigos, páginas de web sites. A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular é direito garantido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Contudo, o que vemos no cotidiano da maioria das escolas regulares é a ausência dessa garantia. O referido aspecto tem sido atribuído à fragilidade da formação dos educadores e falta de recursos didáticos disponíveis na escola. Todavia, apesar dessas dificuldades, há ambientes escolares que são exemplos de inclusão de educandos com DI, ao promoverem metodologias exitosas com adaptação do currículo escolar para atender as Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dos educandos. Assim, é possível concluir que educação especial na perspectiva da inclusão é essencial para discentes com DI. Contudo, é preciso que todas as escolas regulares tornem-se inclusivas para que os referidos alunos consigam construir sua autonomia e desenvolver aprendizagens acadêmicas, sociais e funcionais.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Intelectual. Inclusão. Adaptações Curriculares.

ABSTRACT

Intellectual disability can be characterized by significant limitations in the intellectual field, a consequence there may be a reduction in the cognitive (IQ), besides the slower development of speech, among other reduced abilities. Thus, this study seeks to discuss, through literature and legal documents, the inclusion of students with Intellectual Disability (DI) in the common classroom of the regular school. This research is characterized as a qualitative approach, and it was made from the theoretical references on the topic discussed already published in books, articles, web pages. The inclusion of people with disabilities in regular education is guaranteed by the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education (2008). However, what we see in the daily life of most regular schools is the absence of this guarantee. This is often due to the fragility of the education of educators and the lack of educational resources available in the school. However, despite these difficulties, there are school environments that are examples of the inclusion of learners with ID, using successful methodologies such as adaptation of the school curriculum to meet the needs of the learner. From the facts exposed it is possible to conclude that special education in the perspective of inclusion is essential for students with ID. However, it is necessary that all regular schools become inclusive so that students with ID can build their autonomy and develop academic, social and functional learning

Keywords: Intellectual disability. Inclusion. Curricular adaptations.

1 INTRODUÇÃO

A deficiência de um modo geral pode ser definida como a “[...] ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica” (TÉDDE, 2012, p.19), pode manifestar-se de várias formas entre essas podemos citar a deficiência física, visual, auditiva, múltiplas, intelectual entre outras. Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AADID/2010) a Deficiência Intelectual (DI)¹ é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual, podendo haver uma redução no cognitivo, Quociente Intelectual (QI), além do desenvolvimento mais lento da fala, entre outras habilidades reduzidas.

A DI geralmente manifesta-se antes dos dezoito anos de idade e atinge cerca de 1% da população jovem (VANCONCELOS, 2004). A Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD/2010) afirma que a deficiência intelectual pode ser uma articulação entre patologias diagnosticadas. Segundo Tédde (2012) a DI pode ter origem genética, congênitas ou adquiridas, sendo que as causas mais comuns são: Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Malformações cerebrais e Desnutrição proteico-calórica. A referida Associação diz que 50% dos casos de DI tem causas desconhecidas.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) a educação inclusiva fundamenta-se na concepção dos direitos humanos que luta pela igualdade. Nessa perceptiva a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional – Lei nº 9.394/96, diz que os espaços de ensino devem assegurar aos alunos, currículos e métodos específicos para atender às suas Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Tendo como base as possibilidades de aprendizagem de pessoas com DI e a importância da contribuição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o aprimoramento e construção dessas aprendizagens, este estudo busca analisar, por meio da literatura e documentos legais, a inclusão escolar de alunos com Deficiência Intelectual (DI) na sala de aula comum da escolar regular. Logo, afirmamos com Tédde aula comum da escolar regular. Logo, afirmamos com Tédde (2012) que as crianças

¹ Deficiência Intelectual ou cognitiva é o termo mais recente utilizado para caracterizar pessoas que estão na condição especificada neste artigo. A partir desta página visando não carregar o texto com o referido termo será usada a sigla DI.

com D.I. necessitam de confiança em sua capacidade de aprender, além de desenvolver sua autonomia frente a sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma abordagem da pesquisa qualitativa, por lidar com dados humanos imensuráveis. Na abordagem qualitativa é preciso atentar ao complexo desenvolvimento do fenômeno, já que, essa não admite regras mensuráveis precisas (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002). De acordo com Gerhardt; Silveira (2009, p.33), “[...] as características deste tipo de pesquisa são: objetivação do fenômeno, hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno”.

De acordo com Lakatos; Marconi, (2003), o objetivo do estudo bibliográfico é fazer com que o estudioso entre em contato com o que já foi produzido sobre o assunto em debate. O estudo bibliográfico é feito com levantamento de referências teóricas sobre o tema discutido, já publicados em livros, artigos, páginas de web sites (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica permitiu conhecer os conceitos acerca das abordagens qualitativas. Segundo Oliveira (2007) a pesquisa é uma análise da realidade e uma reflexão, a partir de técnicas para compreensão do objeto de estudo segundo o seu contexto histórico.

Os dados desse estudo foram coletados através de estudos bibliográfico, com referências bibliográficas e documentais, por meio de leituras em livros, leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigos científicos publicados em periódico como Scielo, revistas especializadas acerca do tema estudado, teses e dissertações públicas sobre a temática, afim de conhecer o máximo de informação sobre a temática.

2.2 Resultados/Discussão

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular e a oferta de uma educação de qualidade é direito garantindo de acordo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Todavia, não é o que acontece na realidade das escolas. Em alguns casos os alunos com deficiência são excluídos das

atividades corriqueiras do espaço escolar. No que diz respeito a essa realidade, Russo (2007, p.45) afirma que apesar do “[...] respaldo legal para uma educação inclusiva realidade das nossas escolas”.

Apesar da tentativa de muitos professores de adequar suas metodologias de ensino a proposta de inclusão, falta na escola condições básicas para atender os educandos com deficiência (MAZZARO, 2007). De fato, em muitos ambientes escolares faltam estruturas e materiais didáticos, dessa forma impossibilitando o educador a criar estratégias de inclusão. Em outros casos os professores não foram instruídos, durante sua formação para trabalhar com pessoas com deficiência, e desconhecem referências teóricas e práticas de como se faz educação especial e inclusiva.

Os indivíduos com DI apresentam distintas capacidades e necessidades, que são agrupadas em quatro áreas diferentes: motora, cognitiva, comunicação e socioeducacional. No quadro 1 a seguir são expostas características e dificuldades apresentadas por pessoas com DI em cada área do seu desenvolvimento.

Quadro 1 – CARACTERÍSTICAS DE PESSOAS COM DI

ÁREA	CARACTERÍSTICAS
Motora	Alterações na motricidade fina e podem exibir incapacidades motoras mais acentuadas; dificuldade de manipulação de objetos
Cognitiva	Dificuldades para conseguir foco em determinada tarefa, para aprender conceitos abstratos e para memorização de letras por exemplo
Comunicação	Dificuldade de comunicação
Socioeducacional	Geralmente ocorre incompatibilidade entre a idade mental e a idade cronológica, isso acaba fazendo com que esses sejam colocados erroneamente em salas de aula com pessoas que não tenham a mesma “idade mental”, o que irá contribuir para infantilizá-lo, dessa forma dificultando o desenvolvimento psíquico-social do aluno.

Fonte: Honora e Frizanco (2008).

Diante do contexto apresentado, faz-se necessário que o educando com DI esteja em escola inclusiva. Para o ambiente escolar tornar-se inclusivo é preciso que sejam

reconhecidas as diferenças dos discentes no processo educativo e dessa forma novas contemple, de fato, a diversidade, essa tem se mostrado muitas vezes distante da práticas pedagógicas sejam implementadas para que todos possam construir uma aprendizagem significativa (SEESP/ SEED/ MEC, 2010).

Nesse direcionamento, os aspectos anteriormente mencionados não devem interromper a busca por uma prática pedagógica inclusiva, pois sempre há tempo de buscar outros saberes. Assim, é necessário ultrapassar a concepção acerca de que pessoas com deficiência só demonstram dificuldades e passar a focar nas possibilidades de interação. Pois, a ação docente quando mobilizada de forma negativa também pode gerar concepções errôneas sobre o trabalho com o aluno com NEE. De acordo com Vitaliano e Manzini (2010, p. 54 e 55):

Outra necessidade que se destaca na formação dos professores para promover a inclusão dos alunos com NEE é a reconfiguração de suas concepções sobre as necessidades educacionais especiais, visto que temos uma história de aprendizagem social que, na maioria das vezes, nos ensinou a considerar, especialmente as pessoas com deficiências específicas, de modo generalizado deficientes “em tudo”. Torna-se necessário, então, possibilitar aos professores, em formação e atuantes, conhecerem de forma realista, as potencialidades e dificuldades inerentes às categorias de deficiências e, ao mesmo tempo, prover condições para que revejam seus preconceitos, valores e crenças que atrapalham o processo de inclusão, na medida em que favorecem a exclusão.

Cada educando tem sua maneira própria de construir suas aprendizagens. Contudo, os alunos com deficiência, em especial aqueles com DI possuem essa característica de modo mais acentuado, dessa forma muitas vezes não correspondem ao que a escola preconiza (BRASIL, 2007). Devido não corresponder as errôneas expectativas da escola sobre o desenvolvimento de suas capacidades, esses educandos mostram o quanto o ambiente escolar está pouco estruturado para proporcionar-lhes a construção de aprendizagens.

Com vistas à inclusão dos educandos com deficiência no ensino regular, foi criado por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como objetivo, identificar, criar, planejar e efetuar recursos de acessibilidade e pedagógicos que facilitem a inclusão no ensino regular (TÉDDE, 2012). Esse atendimento possibilita no caso do aluno com DI, “[...] sair da condição de passividade

e superar limites através do trabalho com abstrações para que, apreendendo o objeto de conhecimento, amplie suas estruturas cognitivas” (SILVA, 2011, p.20).

As escolas que oferecem o AEE, incentivam aos alunos com deficiência a expressar-se livremente, sem nenhum tipo de rejeição ou tabulações. Além disso, as metodologias usadas são voltadas para os alunos com NEE, ajustadas para o tipo de deficiência especificada de cada caso. Esse atendimento deve acontecer preferencialmente na instituição onde o educando está matriculado, mas pode acontecer em outros locais, quando a escola não disponibiliza espaço para o mesmo. Sobre isso é importante destacar que:

O motivo principal de o AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola (BRASIL, 2011, p. 18).

Apesar do AEE ter grande importância para alunos com deficiência, vale ressaltar que o mesmo não substitui uma escola inclusiva. Pois, não lida com conteúdo curricular de cada ano escolar, sendo função desse serviço completar o trabalho desenvolvido na sala regular (SILVA, 2011). O profissional do AEE precisa estar articulando com o educador, com coordenação e direção do ensino regular pois através dessa relação poderá ajudar os educandos com deficiência a desenvolverem suas habilidades.

Partindo do pressuposto da educação especial e inclusiva, é necessário que os alunos com deficiência sejam matriculados na escola regular. Nesse âmbito, inclui-se a educação de crianças com DI, situação que constitui um desafio para a escola regular. Logo, além de conhecimentos sobre o processo de ensino e aprendizagem faz-se necessários também conhecimentos sobre a deficiência, a partir da união desses o educador cria estratégias pedagógicas adequadas as NEE, afim de que essa favoreça a autonomia dos alunos com DI, de modo que eles consigam romper com as barreiras impostas pela deficiência (LOPES, 2010).

No que refere as estratégias de ensino, cabe ressaltar que não existe método ideal para que os educandos com DI consigam construir suas aprendizagens. O professor

deve refletir suas práticas diariamente, dessa maneira adequando as metodologias aos diferentes ritmos de aprendizagem, como se faz para qualquer criança, com isso rompendo as barreiras.

Sabemos que não existe estratégias de ensino ideal, contudo podemos elencar práticas de ensino favoráveis à educação de alunos com DI. A adaptação do currículo escolar de acordo com a realidade do educando com DI “[...] é uma forma de garantir que as necessidades desse aluno, sejam atendidas em nível de igualdade com os demais companheiros da sala de aula” (LOPES, 2017). Outro exemplo é o uso de calculadora para ensino de matemática, o referido recurso possibilita aos alunos com DI apropriarem-se de conceitos do seu cotidiano, além de fazer com que sintam-se atraídos pela oportunidade de manipular e sentir esse objeto. Dessa forma, motiva-se o desenvolvimento do raciocínio matemático (FALCONI; SILVA, 2002).

A educação inclusiva é um processo no qual o educando com deficiência precisa participar efetivamente das atividades corriqueiras de uma sala de aula comum no ensino regular. Para isso, os educadores precisam reestruturar o currículo para que todos os alunos sejam incluídos na demanda pedagógica da escola (SILVA, 2011), Glat (2007, p. 16), afirmam:

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, a rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que em nada interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

Nesse direcionamento, para promover a inclusão dos alunos com deficiência em escola regular a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), propõe o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que é complementação na formação do educando, visando o desenvolvimento de sua autonomia dentro e fora do espaço escolar. O AEE visa acesso, progressão e sucesso do aluno com deficiência na escola regular. Assim, organiza situações de trabalho que

possibilitem a superação de limites por meio de ações com abstrações, usando o objeto estudado para ampliar as estruturas cognitivas (SILVA,2011).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a educação especial na perspectiva inclusiva nos remeteu as questões do ensino em salas de aula do ensino comum para alunos com DI e a contribuição do AEE nesse modo de trabalho pedagógico. O nosso objetivo neste estudo de discutir por meio da literatura e documentos legais, a inclusão escolar de alunos com DI na sala de aula comum da escolar regular, foi exitoso no que se refere a ampliação dos nossos conhecimentos da referida temática. Um outro aprendizado diz respeito ao manejo metodológico com o referencial teórico e documental, uma vez que houve apropriação de modos de interpretar o material de pesquisa e extrair as informações relevantes.

Assim, desvelou-se que a deficiência pode manifestar-se de várias formas, podendo ser, por exemplo, deficiência visual, auditiva, motora e intelectual. Essa última pode ser considerada como limitações no funcionamento intelectual. Os educandos com DI precisam estar em escolas com propostas de educação especial e inclusiva, porque os progressos de aprendizagem vinculam-se ao desenvolvimento da autonomia, construção de aprendizagem e melhor qualidade de vida.

Contudo, ficou verificado que no cotidiano muitos ambientes escolares não propiciam nenhum tipo de inclusão, isso dá-se muitas vezes pela falta de formação dos professores ou ainda pela falta de recursos que impossibilita o educador para criar atividades adaptadas, inclusivas. Apesar de ser comum encontrarmos escolas sem nenhum tipo de inclusão, existem ambientes que praticam educação inclusiva e fazem uma parceria com o AEE proporcionando aos alunos com DI realizarem a construção de suas próprias aprendizagens. A partir dos fatos expostos, consideramos que educação especial e inclusiva é essencial para discentes com DI, contudo é preciso que todas as escolas regulares tornem-se inclusivas para que esses alunos consigam construir sua autonomia, aprendizado.

É sabido que nossas aprendizagens estão em constante renovações, pensando nesse pressuposto, outros desdobramentos desta temática podem ser feitos, a fim de maior aprofundamento deste tema, como por exemplo focar em recursos didáticos que contribuam para desenvolver as habilidades leitura, escrita e numeralização de pessoas com Deficiência Intelectual (DI).

REFERÊNCIAS

AAIDD. **AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES**. Disponível em: <<http://www.aaidd.org>>. Acesso em: 01 de junho de 2017

BRASIL. Lei 9.394 de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

_____. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Mental**. SEESP/SEED/MEC Brasília, 2007. http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Samantha-T%C3%A9.pdf> Acesso em 20 maio de 2017

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa** coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GLAT, R.(Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GLAT, R.; OLIVEIRA, E. S. G. **Adaptações Curriculares**. Relatório de Consultoria Técnica, Projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003. Disponível em <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>. Acesso em 02 de maio de 2017.

HONORA M.; FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> . Acesso em 24 maio. 2017.

LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, E. **Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual**– Londrina, 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2010/2010%20-%20LOPES,%20Esther.pdf>. Acesso em 19 maio.2017.

MAZZARO, J. L. **Baixa visão na escola: conhecimentos e opiniões de professores e pais de alunos deficientes visuais**, em Brasília, DF. 2007. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000241&pid=S14136538201200030000900023&lng=pt Acesso em 10 maio. 2017.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC. Brasília, 2008a. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em 03 de maio de 2017.

RUSSO, M. J. O. **Alunos com deficiência no Ensino Regular: e agora professor, vamos falar de inclusão?** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, São Bernardo do Campo. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2010/2010%20-%20LOPES,%20Esther.pdf> Acesso em 06 de junho, 2017.

SEESP/ SEED/ MEC, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**, Fascículo I, Brasília, 2010.

SILVA, F.G. **Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: o atendimento intelectual especializado (AEE) em discussão**-Fortaleza, 2011. 166 f . Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fabr%C3%A7Dcia.pdf> .Acesso em 19 de maio de 2017.

TATIANA T.E.G ; SILVEIRA, T. D. (org) **Métodos de pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em 03 de junho de 2017.

TÉDDE, S. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação). 99 f. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012 Disponível em: <http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fabr%C3%A7Dcia.pdf> .Acesso em 12 de maio de 2017.

VASCONCELOS, M. M. Retardo mental. **Jornal de pediatria**, Porto Alegre, V.80, n.2, p.71-82, 2004.

VITALIANO, C. R.; MANZINI, E. J. A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C. R. (Org.) **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: EDUEL, 2010.